



COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 4437, DE 2023.

Altera a Lei Geral do Esporte - Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para aumentar o período das penas de reclusão e fixar o valor das multas impostas nos crimes nela previstos da forma que menciona e dá outras providências.

Autor: Deputado Marcos Tavares

Relator: Deputado Luiz Gastão

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.437, de 2023, modifica alguns dispositivos da Lei 14.597 de 2023 (Lei Geral do Esporte) que versam sobre penalidades, conforme descrito abaixo:

Dispositivo	Pena atual	Pena proposta	Multa
Art. 166	1 a 2 anos	Mantém	R\$1.000 a R\$5.000
Art. 167	2 a 4 anos	Mantém	R\$1.000 a R\$5.000
Art. 198	2 a 6 anos	6 a 15 anos	R\$200 mil a R\$2 milhões
Art. 199	2 a 6 anos	6 a 15 anos	R\$200 mil a R\$2 milhões
Art. 200	2 a 6 anos	6 a 15 anos	R\$200 mil a R\$2 milhões
Art. 201	1 a 2 anos	6 a 15 anos	R\$10 mil a R\$100 mil

Com efeito, insta salientar que os normativos da Lei promulgada propunham a penalidade da multa, contudo não estabeleciam os valores. Assim, visando sanar tal questão o autor do projeto propôs o montante específico para cada penalidade, além de propor o aumento das penas.

No disposto no Art. 201, acrescenta, ainda, os §§8º e 9º, que tratam sobre a possibilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, dentro de suas competências, a instituírem multas em razão do descumprimento da Lei nº 4.437/2023, bem como o destino das multas que deverão ser depositadas na conta





CÂMARA DOS DEPUTADOS

do Fundo Municipal do Esporte do Município que sediou o evento, devendo 50% (cinquenta por cento), obrigatoriamente, ser revertida em ações, projetos ou programas de combate à violência em eventos esportivos.

O projeto de lei em análise foi distribuído à Comissão do Esporte – CESPO e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, do RICD), e compete a esta Comissão do Esporte apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XXII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

O presente projeto está sujeito à apreciação do plenário e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com o artigo 151, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Lei Geral do Esporte recém-sancionada, em junho do corrente ano, visa a consolidar os normativos sobre o tema do desporto no país e tem dispositivos referentes à definição dos crimes cometidos em ambientes de prática desportiva e suas penalidades.

Nesse sentido, a Lei 14.597/2023 manteve as penas que já constavam do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2023) e estabeleceu que também haverá multas, sem, contudo, indicar o seu montante.

É meritória e oportuna a iniciativa do autor da proposição em contribuir para a regulamentação do dispositivo legal como forma de reduzir a ocorrência de episódios de violência e o cometimento de crimes em arenas esportivas. Atualmente, nota-se que há crimes cometidos nesses espaços que não resultam em punição dos responsáveis, o que é prejudicial não apenas no aspecto de justiça, mas também de prevenção à ocorrência de novos atos de violência.

Analistas de direito desportivo e veículos de mídia apontam que a impunidade (ou sensação de impunidade) é, portanto, uma das causas que reforça a continuidade do ciclo vicioso da violência no esporte brasileiro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dessa forma, entendemos que o aperfeiçoamento normativo é um dos elementos a ser mobilizado para a prevenção da violência, todavia ele faz parte de um tripé que precisa estar associado à adoção de medidas de segurança nas arenas (para coibir a ocorrência de crimes) e, principalmente, à efetividade dos procedimentos de investigação, apuração e julgamento dos crimes que venham a ocorrer nesses espaços.

Por fim, visando aprimorar o texto, sem modificar o escopo do projeto, propomos texto substitutivo para realizar algumas adequações necessárias.

Com base em todo o exposto, levando em consideração as competências desta Comissão dos Esporte para deliberar sobre o mérito e diante da grande relevância da presente proposta, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.437, de 2023, na forma do texto substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator





COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4437, DE 2023.

Altera a Lei Geral do Esporte - Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para fixar o valor das multas impostas nos crimes nela previstos da forma que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 166. Vender ou portar para venda ingressos de evento esportivo, por preço superior ao estampado no bilhete:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa, observado o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil de reais). ” (NR).

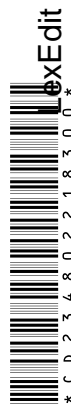
“Art. 167. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingressos para venda por preço superior ao estampado no bilhete:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil de reais). ” (NR).

“Art. 198. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). ” (NR).

“Art. 199. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). ” (NR).

“Art. 200. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). ” (NR).

“Art. 201. Promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores ou aos árbitros e seus auxiliares em eventos esportivos:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

.....

“§ 2º Na sentença penal condenatória, quando não houver a prática ou incitação à violência, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 2 (dois) a 6 (seis) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo. ”

.....

“§ 6º A pena prevista neste artigo será aumentada até a metade para aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, inclusive nas formas dispostas no § 1º deste artigo, não lhe sendo aplicáveis as medidas constantes dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo. ” (NR).

Art. 2º Acrescenta-se o §8º e o §9º ao art. 201 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“§8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”

“§9º O valor das multas impostas deverá ser depositado na conta do Fundo Municipal do Esporte, do Município sede do evento esportivo, sendo obrigatória a aplicação de 50% (cinquenta por cento) do valor em ações, projetos ou programas visando o combate a qualquer forma de violência em eventos esportivos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator

